GOMES, Renan Araújo. A análise de discurso crítica: o projeto político de mudança social pelo viés discursivo. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v.1, n. 1, p. 209-229, ago./dez. 2013. (ISSN 2317-1006 – online).

A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: *O PROJETO POLÍTICO DE MUDANÇA SOCIAL PELO VIÉS DISCURSIVO*

CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS: *THE POLITICAL PROJECT OF SOCIAL CHANGES BY DISCURSIVE BIAS*

Renan Araújo Gomes[1]

RESUMO: Com o presente artigo, objetivamos discorrer sobre a *Teoria Social do Discurso* (TSD), de Norman Fairclough, como uma proposta teórica e metodológica inovadora, para o estímulo de uma postura crítica e reflexiva frente os diferentes discursos. Trata-se de uma compreensão discursiva sob a concepção de prática social, logo, como espaço de reprodução e mudança nas relações de poder, articuladas política e ideologicamente. Em função disso, seguimos um enquadre temporal, de maneira a evidenciar os percursos evolutivos da teoria, e a maneira como o processo investigativo tridimensional foi reformulado.

Palavras Chave: Discurso; Poder; Ideologia.

ABSTRACT: In this article, we discuss the Social Theory of Discourse developed by Norman Fairclough. It is a theoretical and methodological project, that allowed us to stimulate a critical and reflective point of view about discourses. It envolves understand discourse as social practice articulated politically and ideologically in power relations. We follow a temporal approach to highlight the pathways of the theory, and how the investigative process has been redesigned.

Key Words: Discourse; Power; Ideology.

1. Palavras preliminares

> *"Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?" Michel Foucault.*

Iniciamos com uma retórica foucaultiana acerca do uso da linguagem e sua historicidade, a qual se configura em uma rede complexa, permeada por formações discursivas que se perdem no tempo e no espaço, às vezes, com imprevisíveis consequências. Destarte, faz-se necessário o desenvolvimento de um arcabouço de saberes o qual permita o estabelecimento de uma postura crítica frente aos diversos

[1] Aluno do Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Viçosa (UFV). *E-mail*: renan.araujogomes@gmail.com

discursos, assim como, uma *atitude responsiva* mais reflexiva.

A proposta deste artigo, então, é discorrer sobre a Teoria Social do Discurso (TSD), de Norman Fairclough (2001a, 2001b, 2003), por estudar as diferentes formas de expressão linguística, e problematizar o processo de construção de significado, admitindo a possibilidade de configurações plurais, mediante contextualização sócio-histórica e, logo, como tal processo reverbera na construção e representação discursiva das *realidades sociais*, assim como na constituição de *identidades*.

Especificamente, apresentamos um eixo de abordagem baseado em um enquadre temporal, de maneira a perpassar as três décadas de pesquisa discursiva crítica, desde a articulação do modelo de análise teórica e metodológica Tridimensional, no ano de 1992[2], até sua reconfiguração, e, poderíamos arriscar dizer, amplificação, no ano de 2003. Nisso, tentaremos trazer à tona as principais vozes as quais, em um projeto transdisciplinar, Fairclough recorreu para fundamentar seu pensamento, contribuindo, assim, para outros campos dos saberes humanos e sociais.

2. Análise de Discurso Crítica: a episteme sobre discurso e sociedade

A referência histórica para a consolidação disciplinar da Análise de Discurso Crítica (ADC), acerca dos estudos da linguagem nas sociedades contemporâneas, foi um simpósio realizado em janeiro de 1991, sob o suporte da Universidade de Amsterdã. Esse evento congregou teóricos da Linguística Aplicada e da Análise do Discurso, que buscavam reunir a análise linguística às teorias humanas e sociais, conferindo ao discurso uma investigação amparada por reflexões socioculturais e históricas (FAIRCLOUGH, 2001b; WODAK, 2001; RESENDE e RAMALHO, 2009).

No Brasil, tais pesquisas começaram no trabalho pioneiro da Prof.ª Izabel Magalhães, sob a sigla de ADC, na Universidade de Brasília (UnB), em 1993, marcando a entrada do *Grupo de Brasília* no âmbito dos estudos discursivos críticos (SILVA, 2012).

[2] Para este artigo, utilizamos o livro *Discurso e Mudança Social*, publicado pela Universidade de Brasília, em 2001.

Assim, situamos o trabalho de Norman Fairclough[3], quem, nas últimas três décadas, na tentativa de suprir a lacuna epistemológica que separa os estudos linguísticos dos sociais, desenvolve a Teria Social do Discurso (TSD), cuja proposta teórica e metodológica pauta-se em uma abordagem linguística pelo viés social, e, dialeticamente, em uma análise das práticas sociais a partir da sua faceta discursiva, e como são exercidas e articuladas linguisticamente, o que justifica sua caracterização investigativa como Análise do Discurso Textualmente Orientada[4] (ADTO), (FAIRCLOUGH, 2001b).

De acordo com Magalhães (2001), a TSD é inovadora, pois se preocupa com o desempenho da linguagem, tanto referente à perpetuação, quanto à transformação criativa e ideológica das práticas sociais. Em função disso, mantendo o pensamento dialético, o foco recai nas relações de poder exercidas no e através do discurso, mas, também, nas maneiras como tais relações moldam e transformam as práticas discursivas, sociais e institucionais.

> O que se busca é uma análise de discurso que focalize a *variação*, a *mudança* e a *luta*: variabilidade entre as práticas e heterogeneidade entre elas como reflexo sincrônico de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças sociais (FAIRCLOUGH, 2001b, p.58 – grifo nosso).

Imprescindível fazer menção ao termo '*crítico'*, cujo significado remete à agenda política na qual a teoria está engajada. De acordo com Fairclough (2001a, 2001b, 2003), Fairclough e Wodak (2000), Wodak (2001) e Gomes (2007), o projeto político e genealógico da ADC concerne a desnaturalizar e tornar transparentes as relações opacas de dominação e controle, exercidas, ideologicamente, no e através do discurso.

Assim, Fairclough (2001b, 2003) argumenta que a ADC possui um caráter intervencionista, ao fornecer recursos intelectuais àqueles que se encontram oprimidos e

[3] Norman Fairclough é Linguista e Professor Emérito da Universidade de Lancaster, Inglaterra. Reconhecidamente, um dos fundadores, e grande expoente da ADC, cuja autoria do termo também é atribuída ao seu nome, após artigo publicado em 1985, no periódico *Journal of Pragmatics* (WODAK, 2001; RESENDE e RAMALHO, 2009).

[4] Esclarecemos que a TSD designa teoricamente a compreensão do discurso, a partir da relação dialética entre prática e estrutura social, dentro do campo epistemológico delimitado pela ADC. A expressão ADTO refere-se à operação investigativa de analisar textos enquanto práticas discursivas e sociais. Posteriormente, veremos que a Semiótica Social também está integrada à ADC, para análise de outros modos de significação semiótica.

expurgados, no âmbito das relações sociais em diferentes paisagens culturais, e cujas identidades e posições de sujeitos são (re) produzidas discursivamente. Nesse sentido, a ADC outorga-se uma responsabilidade social emancipatória e libertadora, o que van Dijk (2001) designa *solidariedade com os oprimidos*[5].

Importante entender a mudança discursiva e social inerente à concepção de luta, travada no interior de relações de poder. O filósofo francês Michel Foucault[6] (1979, 1996, 2010), no que posteriormente descreveria como genealogia, aborda o conceito de *poder* sob uma perspectiva *tecnológica* e *estratégica*, cujo exercício fundamenta-se em uma engenharia política de esquadrinhamento relativo a todos os níveis e instâncias societárias, inclusive em uma escala molecular, atingindo os corpos humanos.

Trata-se de um fenômeno vivo, descentrado, impossível de localizar; distinto em uma racionalidade disciplinar técnica, calculada tanto ínfima, quanto infinitamente, descrita como a *anatomia política do detalhe*. Não constitui relações unívocas, mas está disperso em inúmeros pontos de luta, focos de tensão e instabilidade, caracterizando uma *microfísica do poder*.

> (...) o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma *relação de força* (FOUCAULT, 1979, p.175 – grifo nosso).

Assim, de maneira a complementar tais reflexões acerca do poder, e o seu funcionamento em relações de força dispersas socialmente, Fairclough (2001b, 2003) resgata as reflexões do filósofo italiano Antonio Gramsci sobre *hegemonia*.

De acordo com Gramsci[7] (1975, *apud*, PAMPLONA, 1989), o exercício do poder não se baseia somente na coerção, mas no controle de recursos, fazendo referência marxista à *superestrutura* da sociedade, às *ideologias*, constituídas pelas instituições sociais, nos seus sistemas de ideias, doutrinas e crenças, caracterizando uma relação de poder cujo equilíbrio é instável.

---

[5] Nossa tradução do inglês: "*solidarity with the oppressed*".

[6] Esclarecemos que o livro *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, que utilizamos neste artigo corresponde a uma edição traduzida de 2010. Conforme Machado (1979), o livro, publicado inicialmente em 1975, compreende ao período genealógico das reflexões do filósofo francês, em que o saber é situado como um instrumento, uma peça utilizada e exercida em relações de poder.

[7] GRAMSCI, A. *Edição Crítica dos Quaderni del Carcere*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1975.

> Pois, para que se efetive essa hegemonia, para que se forme um certo equilíbrio de compromisso entre grupos subalternos no seu desenvolvimento, equilíbrio este que seja capaz de alterar a relação de forças prévia na sociedade, pressupõe-se, sem dúvida, que sejam levados em conta os interesses e tendências dos grupos sobre os quais essa hegemonia é exercida (PAMPLONA, 1989, p.9-10).

Dessa maneira, a hegemonia baseia-se em um processo de dominação velada ideologicamente, e, por isso, concedida, aceita, nunca imposta, cuja eficácia está na *naturalização* de formas particulares de representação social, identidades, e relações, construídas como *verdades tácitas,* por práticas discursivas e sociais, ao longo do tempo. Assim, onde os discursos mostram-se contraditórios, evidenciam-se focos de instabilidade, propícios entre a manutenção ou ao rompimento sobre as relações de poder.

Sendo o discurso espaço de articulação e exercício do poder, reiteramos a necessidade por uma mobilização intelectual em um movimento que faça transparecer relações perversas de dominação, cuja opacidade é relativa à naturalização histórica de práticas, relações e identidades. Em suma, "[a]s estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; consequentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação" (BUTLER, 2010b, p.22).

Por genealogia, Butler (2010b) refere-se justamente à proposta foucaultiana de crítica e reflexão política e social sobre as práticas e relações sociais, e compreender como se configuram as complexas redes de exercício do poder, em um processo naturalizado e perpetuado discursivamente. Dessa forma, isso implica entender a dialética entre discurso e estrutura social, uma vez que permeia e sustenta os pressupostos da TSD, e como Fairclough incorpora às suas discussões os conceitos de ideologia e hegemonia.

3. A Teoria Social do Discurso

Ao conceituar discurso como uma prática social, Fairclough (2001a, 2001b, 2003) o faz de maneira a explicar a relação dialética entre discurso e sociedade, especificamente traduzida na relação entre prática e estrutura social, sendo a última tanto condição quanto efeito da primeira.

A *dialética* diz respeito ao eixo de discussão filosófica e sócio-política baseado no primado das *relações* (FAIRCLOUGH, 2003). Em termos hegelianos, abrange o discurso como um processo em aberto, articulado dentro de relações de poder, passível à contestação e à mudança. Tal visão coaduna-se à de Butler, ao pensar a dialética como "a relação lógica e ontológica de implicação mútua que persiste entre termos aparentemente opostos" (BUTLER[8], 1991, p.269, *apud* SALIH, 2012, p.36). No concernente ao discurso e à possibilidade de transformação social, seria abordá-lo como espaço de relações entre forças antagônicas, configuradas na dualidade entre constrangimento e agência social, relativa à dissonância entre perpetuação e mudança, subordinação e subversão, identidade e diferença.

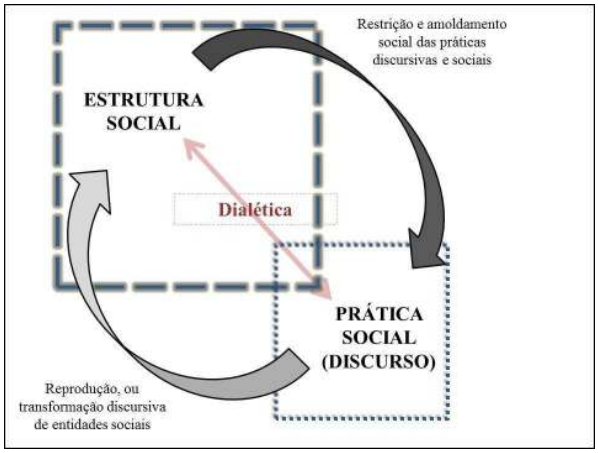
Dessa maneira, a dialética *"discurso ↔ sociedade"*, admite uma concepção dinâmica da prática discursiva e social. Por um lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social, cujo alcance atinge todos os níveis societários. Por estrutura, entendemos as diversas instituições sociais, tais como Estado e Família, bem como os campos da ciência, mídia, direito, religião, inclusive, a linguagem; suas doutrinas, normas e convenções, assim como relações e identidades, inerentes às posições de sujeito articuladas em seus respectivos limites de interação. "Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados" (FAIRCLOUGH, 2001b, p.91).

Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo, seja uma prática tradicionalista ou inovadora. O autor assume a perspectiva foucaultiana, em que o discurso é visto nos termos de *regras de formação específicas*, cuja articulação histórica propicia a emergência dos objetos, dos sujeitos, dos conceitos, referentes a quaisquer disciplinas científicas, assim como aos espaços da vida cotidiana (FOUCAULT[9], 2002). Em suma, "[o] discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado"

[8] BUTLER, J. The nothing that is: Wallace Stevens' Hegelian Affinities. *In*. COWAN, B.; KRONICK, J. G. (Orgs.). *Theorizing American Literature*: Hegel, the Sign, and History. Baton Rouge: Lousiana State University Press, 1991, p.269-87.

[9] Esclarecemos que o livro *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault, usado nesta pesquisa corresponde a uma edição de 2002. O período arqueológico foucaultiano corresponde à década de 1960.

(FAIRCLOUGH, 2001b, p.91). Na figura[10], abaixo, tentamos demonstrar como imaginamos esse tipo de movimento.



Legenda: Não usamos linhas contínuas para representar a *estrutura* e a *prática*, pois a TSD defende a possibilidade de mudança histórica discursiva e social. Acreditamos que linhas contínuas poderiam simbolizar entidades estanques, imutáveis, e as linhas tracejadas, sua fixidez temporária. Elas estão posicionadas de maneira a tornar evidente seu vínculo, de que as estruturas somente existem mediante as práticas de seus integrantes; da mesma forma que tais práticas e discursos são realizados institucionalmente. As setas representam a dinâmica dialética, na qual o conceito funcional de discurso faircloughiano se baseia.

Figura 01: Dialética "*discurso ↔ sociedade*";
Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto aos efeitos constitutivos do discurso, Fairclough (2001b) também faz referência às funções sociais da linguagem, conforme os pressupostos da *Linguística Sistêmico-Funcional* (LSF), sumarizadas por Resende e Ramalho (2009): (i) à *função interpessoal*, na qual o discurso contribui para a construção das identidades e das relações sociais; (ii) à *função ideacional*, relacionada à representação da realidade; (iii) à *função textual*, para a organização do texto. Tais conceitos serão revistos por Fairclough (2003), em que as funções da linguagem serão interpretadas como *grandes significados sociais*, que serão abordadas, ainda neste artigo.

O que nos interessa aqui é perceber que a concepção discursiva faircloughiana fundamenta-se na dialética, no movimento *"discurso ↔ sociedade"*, justamente para evitar a ênfase indevida em alguns dos extremos; seja na determinação social do discurso ou na construção social discursiva.

No primeiro caso, incorreríamos em uma visão pessimista da relação, em que a prática discursiva e social seria totalmente determinada pela estrutura. Os eventos discursivos seriam mecanismos e espaços reprodutivos estruturais, em um movimento direto e unidirecional, ignorando-se qualquer possibilidade de mudança.

[10] A Figura 01 foi elaborada conforme as notas de classe, realizadas na disciplina LET 791 – *Tópicos Especiais: Análise de Discurso Crítica*, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em março de 2011.

No segundo caso, Fairclough (2001b) ressalva: (i) as pessoas são sempre confrontadas com instituições reais, cada uma apresentando um conjunto de práticas, relações e identidades existentes, que foram elas próprias entidades e relações construídas no discurso, mas reificadas em instituições e práticas; (ii) os efeitos constitutivos do discurso atuam conjugados com outras práticas; (iii) os efeitos constitutivos discursivos realizam-se necessariamente restringidos na dialética, e no interior de relações e lutas de poder particulares. Em suma, "a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social, que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas" (FAIRCLOUGH, 2001b, p.93).

Dessa maneira, a perspectiva dialética é essencial aos propósitos da teoria, ao considerar a dinamicidade intrínseca, tanto ao amoldamento e orientação institucional, quanto à possibilidade de agência social, no e pelo discurso, reprodutora ou transformadora, nesse campo de relações.

Retomamos, então, a asserção de Foucault (1979, 1996, 2010), de que onde há poder, há resistência, em função de sua natureza dispersa, assim como a asserção gramscimiana, de que tais relações de força traduzem-se em luta hegemônica, de natureza essencialmente ideológica. E vamos além, admitindo que a prática de resistência possa incorrer em um ato de transformação social, de reformulação e reorganização dos *blocos hegemônicos*[11], evidenciando a fixidez temporária e parcial das estruturas, suas relações, identidades, princípios normativos e convenções.

O discurso, como prática política, é o espaço onde essa luta é exercida, assim como o instrumento pelo qual se desempenha a luta. Torna-se válida a citação foucaultiana, que atribui ao discurso o *status* de objeto de desejo; "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar" (FOUCAULT, 1996, p.10).

[11] Por blocos hegemônicos, Gramsci (1975, *apud*, PAMPLONA, 1989) associa ao poder exercido a partir de alianças formadas entre uma classe, ou grupo social, com outras forças sociais, sustentando uma relação de hegemonia cultural fundamentada na legitimação e naturalização ideológica, pelas e nas práticas discursivas e sociais.

Assim, Thompson[12] (1984, 1990), citado por Fairclough (2001b, 2003), explica ser o discurso uma prática ideológica, pois constitui, legitima, naturaliza e transforma os significados, as representações e as identidades construídas cultural e historicamente, em relações de poder e dominação, conferindo-lhes o status de *senso comum*, de uma *verdade tácita.* Os (re)investimentos políticos e ideológicos nas práticas discursivas e sociais não ocorrem independentemente, pois, "a relação entre discurso e ideologia é muito estreita; aliás, é no discurso que a ideologia se concretizará" (GOMES, 2007, p.18).

Sobre isso, sentimos a obrigação de prestar as devidas referências a Mikhail Bakhtin/ Volochínov [13] (2006), que traz importantes reflexões acerca da estrita relação entre ideologia e discurso. Arriscamos dizer discurso, concernente aos ensaios bakhtinianos, pois, concordamos ser discursivo qualquer exercício sócio-historicamente situado da palavra e de quaisquer elementos semióticos, em suma, do signo ideológico, pois, será somente na interação social e histórica que o *significado* será atribuído a um *significante*.

Para o filósofo russo, o signo é um fenômeno ideológico por excelência, visto sua *natureza* social, material e real, admitindo ser somente no signo e através dele, da sua relação com outros signos, e na sua constituição dialética com a *realidade*, que perceberíamos, mesmo que sutilmente, as mudanças sociais.

Assim, de maneira a tornar coerente sua concepção a respeito da possibilidade de transformação social, Fairclough (2001b, 2003) estende a lógica dialética ao plano ideológico. Rejeita a posição estanque de Althusser (1992), na medida em que constrói a ideologia como propriedade única das instituições sociais, associadas aos Aparelhos Ideológicos e Repressores do Estado (AIE e ARE), determinadores e controladores das relações, das identidades e dos sistemas de conhecimento.

Dessa forma, Fairclough (2001b, 2003) defende que a liberdade de agência, apesar de restrita e constrangida socialmente, não pode ser negada, pois aí está o potencial latente para a transformação discursiva, ideológica, e política. "O equilíbrio

[12] THOMPSON, J. B. Studies in the theory of ideology. Cambridge: Polity Press, 1984; THOMPSON, J. B. Ideology and modern culture. Cambridge: Polity Press, 1990.

[13] *Marxismo e Filosofia da Linguagem* foi publicado primeiramente em 1929, sob a autoria do professor do Conservatório de Música de Vitebsk, V. N. Volochínov. Para esta pesquisa, utilizamos uma versão traduzida, em 2006.

entre o sujeito 'efeito' ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação" (FAIRCLOUGH, 2001b, p.121). Resgata, então, as ideias do sociólogo Anthony Giddens (1991), ao aceitar agência individual e coletiva atrelada à *reflexividade crítica,* fator potencial para mudança, na qual os sujeitos, a partir do acesso aos bens intelectuais gerados pela modernidade, podem pensar criticamente no desempenhar de suas práticas. Logo, a contestação, a resistência e a mudança das práticas discursivas e sociais serão desempenhadas nos domínios do saber, do conhecimento, da ideologia, do discurso.

Além disso, Fairclough (2001b, 2003), para fundamentar a orientação discursiva de mudança social, retoma o conceito foucaultiano *ordem de discurso,* para designar a articulação convencionalizada de elementos correspondente a uma dada instituição, subjacente a todo o evento social. Em outras palavras, é somente nas ordens de discurso que a dialética *"discurso ↔ sociedade"* se dá. Assim, ordens do discurso são:

> [M]omentos encadeados de práticas sociais, isto é, uma rede de convenções e valores sociais e institucionais, estruturadas por relações de poder dentro de instituições, que produzem diferentes tipos de discurso, gêneros discursivos e vozes, gerados através da inculcação e do ordenamento das práticas sociais (GOMES, 2007, p.18).

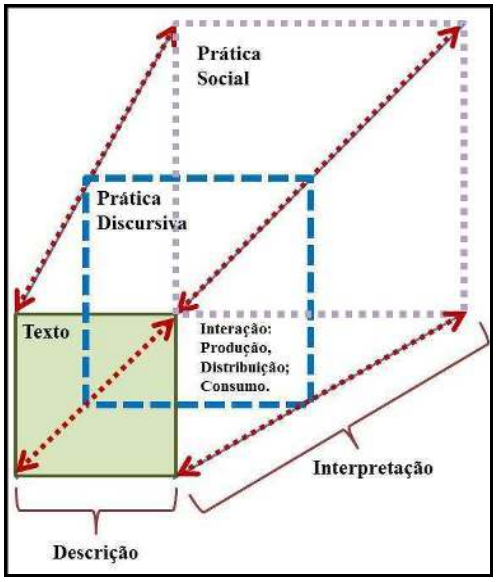
Trata-se de um conceito importante, pois demonstra a complexidade acerca do movimento dialético entre prática e estrutura, pois, como resume Gomes (2007), as mudanças discursivas e sociais só se realizam por meio da (des) articulação ou recontextualização dos elementos das ordens do discurso. Tais elementos (no seu aspecto linguístico-discursivo associado aos *gêneros*, *discursos* e *estilos*, como veremos adiante) representam, em seus espaços fronteiriços, focos de tensão nas relações hegemônicas de poder, pois estão abertos a (re) investimentos políticos e ideológicos. "A luta articulatória assim definida é uma faceta discursiva da luta hegemônica" (RESENDE e RAMALHO, 2009, p.40).

No próximo tópico, nosso foco recai no modelo elaborado pro Fairclough (2001b), o qual permite a visualização do discurso, desde sua instância concreta, o *texto*, e seu desdobramento enquanto prática discursiva e social.

4. O modelo tridimensional do discurso

Ao pensar a relação dialética "*discurso* ↔ *sociedade*", Fairclough (2001b), descreve um processo investigativo dinâmico para ADTO, visualizando o discurso em um panorama tridimensional, a partir de três instâncias inter-relacionadas: (i) o *texto*[14] é considerado a dimensão do discurso relativo ao produto escrito ou falado, tido como evento social, cuja análise linguística é denominada *descrição*; (ii) a *prática discursiva* é entendida como instância de (inter) ação, a qual compreende as cadeias interdiscursivas de *produção*, *distribuição* e *consumo* textual; (iii) e, por último, a *prática social*, dimensão inerente à reflexão política e sócio-cultural. A análise das dimensões superiores Fairclough (2001b) classifica como *interpretação*.

Podemos, assim, representar o discurso na figura 02, a seguir, em uma adaptação nossa do esquema gráfico proposto pelo próprio autor:



Legenda: Usamos linhas contínuas para representar o *texto*, visto ser a manifestação concreta linguística e semiótica, a palavra falada e escrita, a imagem fixa e em movimento, o gráfico. Em contrapartida, as práticas *discursiva* e *social* são representadas com linhas tracejadas, a fim de demonstrar o desdobramento e a dispersão discursiva, assim como seu caráter abstrato, algo que não é palpável, mas passível de análise e interpretação. Além disso, as linhas tracejadas servem para demonstrar que as práticas discursiva e social são permeadas por outras práticas, outros discursos, num processo interdiscursivo. As setas em pontas duplas servem para evidenciar o movimento dialético no qual a análise deve se concentrar, ou seja, nunca desconsiderando o princípio da TSD, de uma investigação linguística pelo viés social, e de uma análise social linguisticamente orientada.

Figura 02: Modelo Tridimensional do Discurso;
Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse modelo, Fairclough (2001b) esclarece que a prática social não se opõe à prática discursiva, mas, esta constitui uma forma particular daquela, em que, muitas vezes, a prática social pode se caracterizar discursivamente por inteira. Para a TSD, a prática discursiva constitui a instância mediadora, a dimensão que permite ao texto

[14] Por *texto*, incluímos, também, outros modos de expressão semiótica, como as imagens visuais e os modos de representação tele-fílmica. Neste caso, o processo metodológico *descrição* deve se estender a uma análise multimodal, e não apenas linguística.

figurar como prática social, pois será nela que "se focalizará a relação entre evento discursivo e ordens do discurso em função das relações de poder que controlam e restringem a criatividade e a produção dessas práticas" (GOMES, 2007, p.17).

Analisar as três instâncias, nos processos de *descrição* e *interpretação*, possibilita-nos visualizar a dialética "*discurso* ↔ *sociedade*". A partir do texto, dispersamo-nos pela cadeia interdiscursiva que interliga todas as fases, de produção, distribuição e consumo, e suas implicações, em termos de prática social e histórica, constrangida estruturalmente, motivada, política e ideologicamente. Logo, trata-se de:

> [U]ma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais é indispensável na análise de discurso. Essas são [i] a tradição de análise textual e linguística, detalhada na Linguística, [ii] a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e [iii] a tradição interpretativa ou microssociológica de considerar a prática social ou alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados (FAIRCLOUGH, 2001b, p.100).

Delineiam-se os eixos linguísticos e discursivos pelos quais a análise pode ser desenvolvida, através de categorias separadas nas instâncias as quais lhe são correspondentes, conforme apresentadas no quadro abaixo:

Instância Analítica	Categorias	Descrição e Interpretação
Análise Textual	**Vocabulário:** trata das palavras.	Focar as (re)lexicalizações e as metáforas.
	Gramática: trata das palavras organizadas em orações.	Focar o sistema de transitividade.
	Coesão: trata da ligação entre as orações.	Focar relações de sinonímia, conjunções, elipses, mecanismos coesivos.
	Estrutura textual: trata da organização em larga escala dos textos.	Focar a articulação textual, relações de tema e rema, trocas de turno.
Análise Discursiva (Produção, Distribuição e Consumo)	**Força dos enunciados:** seu componente acional.	Focar os tipos de ato(s) de fala e relações de ambivalência.
	Coerência: a construção de sentidos.	Retomar as construções de significado, e como o sentido é construído, levando-se em consideração a produção e interpretação.
	Intertextualidade: a propriedade constitutiva de um texto a partir de fragmentos e partes de outros.	Focar relações intertextuais manifestas e implícitas (interdiscursivas).

Quadro 01: Categorias da Análise TSD;
Fonte: Fairclough (2001b).

Podemos afirmar, então, que os significados atribuídos à palavra são socialmente motivados; emergem de um processo de (re) negociação, em uma relação de forças, entre os significados já convencionalizados, ideologicamente naturalizados, em um percurso de *sedimentação* histórica, e a possibilidade de criação de novos sentidos atribuídos a um mesmo significante.

> O significado potencial de uma forma é geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos, e algumas vezes contraditórios [...], de forma que os textos são em geral altamente ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações (FAIRCLOUGH, 2001b, p.103).

Em função disso, em coerência com a perspectiva dialética, o foco é estabelecido no processo, no fluxo, nas *lexicalizações* [15](FAIRCLOUGH, 2001b), na *construção de significado*[16] (FAIRCLOUGH, 2003). Admite-se que os agentes sociais operam escolhas[17], restritas aos limites de uma dada ordem de discurso, de maneira a

[15] Nossa tradução do inglês: *"wording"*.
[16] Nossa tradução do inglês: *"meaning making"*.
[17] A noção de escolha é remanescente das formulações teóricas de Michael Halliday, referentes à LSF. Gouveia (2009) explica que a linguagem é uma construção sócio-histórica, e que a língua oferece o potencial de construção do significado, organizada em torno de redes relativamente independentes de escolhas e que tais redes correspondem a certas funções sociais atribuídas à linguagem, no seu uso.

atribuir significados específicos, logo, constituir e designar práticas determinadas, modificar relações e identidades sociais.

Antes de encerrarmos o tópico, gostaríamos de discorrer sobre a prática discursiva, enquanto instância de interação social. Ao voltar-se para os processos de produção, distribuição e consumo textual, isso pressupõe admitir os princípios do *dialogismo*, conforme postulado por Bakhtin (2006, 2010). O texto, destarte suas propriedades discursivas, deve ser abordado a partir de sua inserção em uma cadeia de atividades, na qual e pela qual (inter) agem diversas pessoas, em posições e condições sócio-históricas muitas vezes diferentes, até distantes no tempo e no espaço.

Isso tem algumas implicações para a TSD: (i) considera-se a posição ativo-responsiva dos sujeitos em dada situação de comunicação, o que nos remete à propriedade de agência desses sujeitos; (ii) o texto somente adquire *vida* enquanto uma pratica discursiva, pois é somente nesta instância que ele entra em contato com outros enunciados, em uma cadeia interdiscursiva; (iii) tanto a produção, quanto a distribuição e o consumo, representam eixos pelos quais os textos entram em um movimento interdiscursivo.

No último tópico deste artigo, abordaremos como Fairclough reformula o modelo tridimensional discursivo, e renova o enquadre teórico-metodológico da ADC, reorganizando suas categorias de análise, mantendo a base sistêmica-funcional, para demonstrar a dialética *"discurso ↔ sociedade"*.

5. A reformulação do modelo tridimensional discursivo

Em um novo enquadre para a ADC, Fairclough (2003) reformula o modelo tridimensional, a fim de demonstrar a dialética *"discurso ↔ sociedade"*, especificando-a na relação *"evento ↔ prática social ↔ estrutura social"*, sobre a qual discutiremos a seguir.

Os textos correspondem a eventos sociais, configurando-se enquanto prática discursiva, logo, meio de (inter) ação social. Assim, Fairclough (2003), retomando seus estudos anteriores, reafirma o exercício de poderes na configuração dos textos,

Assim, o uso da linguagem está revestido de significados potenciais associados a situações específicas e constrangidos pela organização social e cultural.

caracterizando a luta hegemônica e ideológica, cuja relação apresenta dois extremos: por um lado, as estruturas e suas práticas discursivas e sociais, legitimadas e reificadas; e, por outro, os agentes sociais, em uma atitude responsiva ativa, envolvidos em tais eventos.

A partir disso, afirma que "os eventos não constituem efeitos simples e diretos das estruturas sociais. Sua relação é mediada – há uma entidade organizacional intermediária entre estruturas e eventos. Chamemos isso de *práticas sociais*" (FAIRCLOUGH[18], 2003, p.23). Em outras palavras, os significados são construídos a partir das possibilidades oferecidas pela estrutura, na qual o evento transcorre, mas as escolhas dos agentes sociais são mediadas por práticas discursivas e sociais compartilhadas socialmente. Fairclough (2003), para fins analíticos, separa esse processo nas seguintes instâncias:

Dimensões	**Característica Geral**	**Elementos Linguístico-Discursivos**
Estruturas Sociais	Os sistemas de possibilidades do fazer	Linguagem/ Semiose
↕	↕	↕
Práticas Sociais	A entidade organizacional e constrangedora das possibilidades de escolha	Ordens de Discurso
↕	↕	↕
Eventos Sociais	O que é fato, real, concreto	Texto

Quadro 02: Relação *"estrutura ↔ prática ↔ evento"*;
Fonte: Dados da pesquisa.

A escolha dos elementos linguísticos (da estrutura), na elaboração de textos (na constituição de um evento social) é intermediada pelas práticas sociais. Sobre isso, o autor esclarece que, no nível das práticas sociais, são as *ordens de discurso* que desempenham essa função intermediadora, organizadora das escolhas linguístico-discursivas.

Necessário esclarecermos que Fairclough (2003), a partir dos estudos remanescentes de Chouliaraki e Fairclough[19] (1999, *apud* RESENDE e RAMALHO,

[18] Nossa tradução do inglês: "*Events are not in any simple or direct way the effects of social structures. Their relationship is mediated – there are intermediate organizational entities between structures and events. Let us call these 'social practice'".*

[19] CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Endinburg: Endinburg University Press, 1999.

2009), reitera as propriedades tanto discursivas, quanto não-discursivas, das práticas sociais. Compreende uma prática social particular associada a outros elementos sociais, denominados *momentos da prática*, constituídos por discursos, atividades materiais, relações sociais e fenômenos mentais, os quais se encontram relacionados dialeticamente. As práticas permanecem estáveis na medida em que a organização interna entre os momentos de prática permanece também estabilizada. Especificamente, o discurso enquanto momento de prática social é constituído pela articulação de três elementos discursivos, os *gêneros*[20], os *discursos* e os *estilos*. Resende e Ramalho (2009) propõem o esquema a seguir, a fim de demonstrar a articulação e a relação dialética entre os elementos e os momentos da prática.

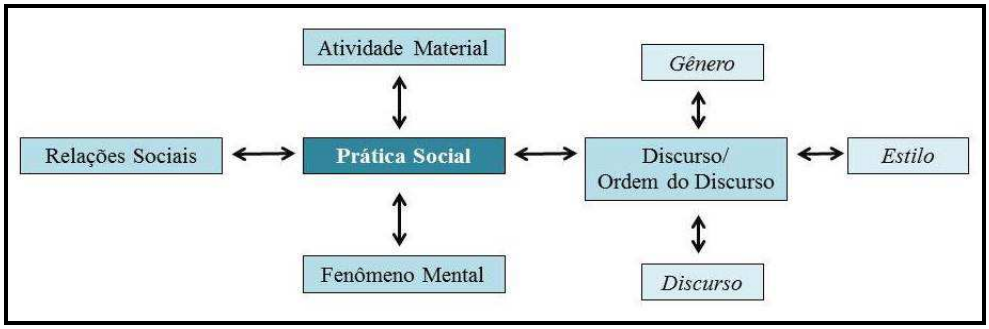


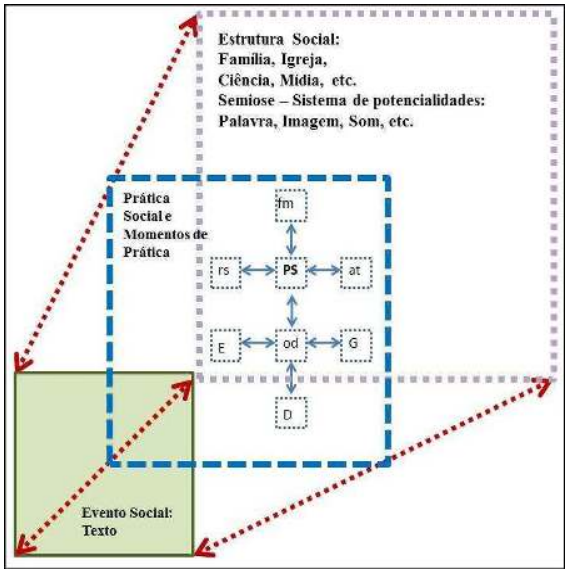
Figura 03: Discurso como momento de prática social;
Fonte: Resende e Ramalho, 2009.

Como visto anteriormente, as ordens de discurso subjazem todos os eventos discursivos e sociais. De acordo com a figura acima, percebemos que as ordens de discurso correspondem à faceta linguístico-discursiva das práticas sociais, estendendo a concepção de momento de prática, constituída a partir da articulação interna entre os *gêneros*, *discursos* e *estilos*. Esses elementos, de natureza intrinsecamente discursiva, logo, social, são constrangedores no ato de produção textual, ou seja, no uso da linguagem, em instituições particulares da vida social. "Então, ordens de discurso podem ser vistas como a organização e o controle social das variantes linguísticas" (FAIRCLOUGH[21], 2003, p.24).

[20] Por gênero, neste momento, entendemos os gêneros de discurso.
[21] Nossa tradução do inglês: *"So orders of discourse can be seen as the social organization and control of linguistic variation"*.

Fairclough (2003) ressalva, no entanto, que a constituição discursiva não se esgota somente na relação desses elementos. Não são efeitos somente das estruturas linguísticas e de ordens de discurso, mas são permeadas, atravessadas, por outras estruturas, outras práticas sociais, assim como devemos levar em consideração a propriedade criativa e responsiva dos agentes envolvidos nos eventos sociais. Todos são aspectos importantes na construção de sentido, fazendo que com que esta descrição teórica não seja exaustiva.

Admitimos que, como tipo de práticas discursivas, os gêneros, os discursos e os estilos permitem ao discurso figurar enquanto uma prática social e histórica, inerente a estruturas, ou instituições sociais particulares. Além disso, em concordância com Fairclough (2001b) sobre a prática discursiva, aceitamos ser somente por meio dos gêneros, discursos e estilos que dado texto, como evento social, possa ser produzido, distribuído e consumido. Logo, podemos readaptar o modelo tridimensional de Fairclough (2001b), acrescentando uma dimensão referente à estrutura, implícita no modelo anterior, e unindo as instâncias da prática discursiva e social, uma vez que o discurso, organizado pelas ordens de discurso, passou a ser entendido como momento da prática social. Propomos, a seguir, a reformulação do modelo tridimensional, em concordância com os pressupostos de Fairclough (2001a, 2001b, 2003):



Legenda:

Da prática discursiva:

PS: Prática Social;

FM: Fenômeno mental;

AT: Atividade material;

RS: Relações Sociais;

OD: Ordem de Discurso;

G: Gêneros;

D: Discursos;

E: Estilos.

Figura 04: Reformulação do Modelo Tridimensional;
Fonte: Dados da pesquisa.

Tal modelo não abrange toda a complexidade concernente ao discurso. Queremos voltar à concepção de dispersão discursiva foucaultiana, a fim de salientar as propriedades heterogêneas e contraditórias, constitutivas das ordens de discurso. Para Foucault (1996, 2002), os discursos são sempre permeados, atravessados, em uma relação interdiscursiva, por outras práticas sociais, outros discursos, outros valores, princípios, saberes, advindos de instituições sociais diferentes, que se perdem no tempo e no espaço, e cuja origem nunca lhe será determinada.

Dessa forma, para nós, cada instância discursiva, representada no modelo acima, torna-se uma abstração para fins meramente analíticos, pois jamais devem ser consideradas isoladamente, tanto na relação dialética entre texto, discurso, prática e estrutura, quanto na relação com outras práticas sociais. Em síntese, como diria o próprio filósofo, "[f]azer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações" (FOUCAULT, 2002, p.33).

Assim, retomando o modelo, para explicar os jogos de relações nos quais as práticas discursivas e sociais estão inseridas, Fairclough (2003) explica que os gêneros, os discursos e os estilos figuram como meios de *agir*, *representar* e *ser*, discursiva e socialmente.

Primeiro, os gêneros correspondem a meios de (inter) ação, na produção textual. São os elementos que conferem inteligibilidade aos discursos em dada situação comunicativa, em dada atividade sociocultural humana, constituindo-se em um discurso relativamente estável (BAKHTIN, 2010). Assim, os discursos são parte de ações sociais, a partir do gênero discursivo. Segundo, os discursos são meios de representação das práticas sociais, do mundo material, e das suas entidades constituintes. Terceiro, os estilos correspondem às construções identitárias, aos meios de ser, no e através do discurso, como prática social.

A compreensão dos discursos como *ação*, *representação* e *identificação* baseia-se na LSF hallidayana, cujos pressupostos atribuem à linguagem as funções sociais definidas como *textual*, *ideacional* e *interpessoal.* Fairclough (2003), no entanto,

explica sobre a multifuncionalidade da linguagem em termos de *tipos de significados*[22], uma vez que, de acordo com a distinção entre gêneros, discursos e estilos, estes correspondem aos diferentes e potenciais meios de significar *ações*, *representações* e *identidades sociais*, nos limites referentes a instituições sociais específicas. Em outras palavras, tais elementos permitem-nos refletir sobre a "relação do texto com o evento social, com todo o mundo físico e social, e com as pessoas envolvidas no evento" (FAIRCLOUGH[23], 2003, p.27). Reiteramos ser em função disso o foco nas construções de significado, na dialética, nos fluxos e nos processos, localizados sócio-historicamente.

No quadro a seguir, tentamos resumir tal proposição:

Ordem de discurso	**Efeitos sociais**	Efeitos relativos à propriedade multifuncional da linguagem, enquanto constructo cultural e social, estudados, em termos de *tipos de significado*.	**Tipos de Significado**
Gêneros	Meio de agir		**Ação**
Discursos	Meio de representar		**Representação**
Estilos	Meio de ser		**Identificação**

Quadro 03: Tipos de Significados Sociais;
Fonte: Fairclough, 2003.

Antes de encerrar o artigo, ressaltamos o caráter dialético da relação interna entre os elementos da ordem de discurso, cujos limites entre eles correspondem a focos de luta hegemônica e ideológica. Isso implica que, reconfigurar qualquer um dos elementos pode desencadear transformações em todo o arranjo estável relativo à ordem do discurso e, consequentemente, mudanças sociais. Em função disso, Fairclough (2003) explica que os elementos estão conectados, e devem ser compreendidos em conjunto, pois, modos específicos de representar podem ser desempenhados por meios de agir e se relacionar, assim como determinados discursos são inculcados em identidades sociais.

Em síntese, a ADC constitui uma proposta teórico-metodológica para análise social, linguisticamente orientada, demonstrando que os discursos estão inseridos em relações de poder e luta hegemônica, fundamentados ideologicamente. Tal processo

[22] Nossa tradução do inglês: *"types of meaning"*.
[23] Nossa tradução do inglês: *"the relationship of the text to the event, to the wider physical and social world, and to the persons involved in the event"*.

ocorre implicitamente, o que torna imperativo investigarmos os meios discursivos pelos quais as relações de poder são perpetuadas e transformadas.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*: Feminismo e subversão da identidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

FAIRCLOUGH, Norman. *A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades*. In: MAGALHÃES, Célia Maria (org.). Reflexões sobre a análise crítica do discurso. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001a.

_____. *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001b.

_____; WODAK, Ruth. Análisis critico del discurso. In. VAN DIJK, T. A. (compilador). *El discurso como interación social*. Estudios del discurso: Introducción Multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Maria Carmen Aires. Considerações sobre os Estudos Discursivos: O Projeto Social Discursivo de Norman Fairclough. *In.* GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. (orgs.) *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa: Editora UFV, 2007.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: Uma introdução à Linguística Sistêmico –

Funcional. *Revista Matraga*. Rio de Janeiro. Vol. 16, n.º24, jan – jun, 2009, p.13-47.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 3ª ed. Londres: Hodder Headline Group, 2004.

MAGALHÃES, Izabel. Prefácio. In. FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

PAMPLONA, M. A. V. A questão escolar e a hegemonia como questão pedagógica. *Cadernos CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora. V. 3, 1989, p. 2-31.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2009.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SILVA, Denise Elena Garcia. Estudos críticos do discurso no contexto brasileiro: Por uma rede de transdisciplinaridade. *In.: EUTOMIA*: Revista de Literatura e Linguística, Vol. 2, p. 224-243. Recife: UFPE, 2012.

VAN DIJK, Teun. Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. In. WODAK, R.; MEYER, M. *Methods of critical discourse analysis*. London: SAGE Publications, 2001.

WODAK, Ruth. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In. WODAK, R.; MEYER, M. *Methods of critical discourse analysis*. London: SAGE Publications, 2001.

Recebido em outubro de 2013.
Aceito em novembro de 2013.